

PROCESSAMENTO EM JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - PJR

Objetivo Geral

Capacitar os serventuários para o processamento de ações em Juizado Especial Criminal, visando à celeridade e à eficiência.

Objetivos Específicos

- Saber as rotinas cartorárias do Processamento Integrado para organizar e executar as atividades de processamento de forma célere e eficiente.
- Identificar os feitos de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- Conhecer as Tabelas Processuais Unificadas do CNJ para viabilizar o cadastramento ou alteração da classificação dos feitos pelos serventuários.
- Exercer todos os demais atos necessários ao processamento dos feitos nos Juizados Especiais Criminais, especialmente os relativos à colaboração na realização das audiências preliminares e de instrução e julgamento.
- Conhecer a legislação específica de constituição e funcionamento dos Juizados Especiais Criminais.

Metodologia

Aula expositivo-dialogada, explanação de textos legais e uso de apostila.

Conteúdo Programático

- Princípios Processuais
- Rotina Cartorária: o Processamento Integrado
- Feitos de competência de JECRIM: no Código Penal, nas Leis Extravagantes e nas Contravenções penais
 - Resolução CNJ 46/2008
 - Tabelas Processuais Unificadas do CNJ por Classes e Assuntos
 - Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 03/2008
- Rito Sumaríssimo (CF, Lei nº 9.099/95 e Lei nº 11.313/2006)
- Termo Circunstanciado
 - Provimento 12/2000 (Alterado pelo Provimento CGJ 63/2003)
- Audiência preliminar
- Ação penal pública / Denúncia
- Ação penal privada / Queixa-crime
- Audiência de instrução e julgamento
- Recursos
- Execução de Penas e Medidas Alternativas
- Arquivamento
- Lei Estadual nº 2.556/1996 atualizada pela Lei nº 5.781/2010
 - Dispõe sobre a competência territorial dos JECRIM's da Capital
 - Dos juizados especiais cíveis e criminais e juizados adjuntos

- Das turmas recursais cíveis e criminais
- CODJERJ e CNCGJ (aspectos relacionados aos JECRIM's)
- O processamento da competência Violência Doméstica especialmente das Medidas Protetivas - Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha)
- Aviso TJ 43/2006
 - Enunciados Criminais Consolidados – TJRJ
 -

Bibliografia Indicada

Lei nº 9099/1995 atualizada

Lei nº 11.313/2006

Lei das Contravenções Penais

Código Penal atualizado

Código de Processo Penal atualizado

Resolução CNJ nº 46/2007

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ Nº 3/2008

Lei Estadual nº 2.556/1996 atualizada pela Lei nº 5.781/2010

CODJERJ e CNCGJ atualizados

Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha)

Aviso TJ 43/2006

Carga horária: 15 horas

Atualização: 27/09/2013 Revisão: 04 Total de páginas: 02
